



Exmo. Senhor
Deputado António Maló de Abreu
Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde
Palácio de São Bento

Palácio de São Bento, 12 de julho de 2023

Assunto: Pedido Potestativo de Audição Urgente do Senhor Ministro da Saúde

Senhor Presidente,

De acordo com uma notícia publicada no passado dia 05, no JN:

“O Governo português está a preparar a contratação de médicos cubanos, tendo já pedido parecer sobre o processo de reconhecimento de qualificações ao Conselho de Escolas Médicas Portuguesas (CEMP) e à Ordem dos Médicos (OM). (...) a ideia é recrutar cerca de 300 médicos de Cuba para começarem a trabalhar em Portugal em breve e durante três anos. (...) o Ministério da Saúde reconheceu que "decorrem trabalhos conjuntos" com o MCTES para a contratação de médicos estrangeiros, não especificando se são oriundos de Cuba. (...) Não é a primeira vez que Portugal contrata médicos a Cuba para suprir carências do SNS. Em 2009, era Manuel Pizarro secretário de Estado da ex-ministra da Saúde Ana Jorge, chegou o primeiro grupo de 44 médicos cubanos, no âmbito de um contrato celebrado entre os governos de Portugal e de Cuba, para trabalharem em centros de saúde no Alentejo, Algarve e Ribatejo. Inicialmente, eram 60 médicos, mas 16 chumbaram no reconhecimento de qualificações, como escreveu o JN à data. A experiência revelou-se positiva para os utentes, agradou a autarcas e o contrato foi renovado em 2012, já com o Governo PSD.”



No entanto, a propósito destas contratações anteriores que Portugal já celebrou com Cuba, mais do que uma organização internacional, como a Human Rights Foundation e a Human Rights Watch, já se pronunciaram chamando a atenção para que o modelo de contratação de médicos cubanos como aquele que, aparentemente, se quer agora retomar em Portugal pode constituir trabalho forçado e violação de direitos, liberdades e garantias.

De acordo com relatórios dessas organizações internacionais, estes médicos e as suas famílias são altamente controlados pelo seu país de origem, não podendo circular livremente, não tendo liberdade de expressão e, inclusivamente, não recebendo diretamente as suas remunerações sendo estas, em grande parte, entregues ao Estado cubano.

Ora, a Iniciativa Liberal considera inadmissível e gravíssimo que o Estado português se prepare para celebrar mais um acordo de contratação de médicos com o Estado cubano sem que esteja cabalmente garantido a estas pessoas o integral respeito pelos Direitos Humanos.

2

E importa, ainda, perceber se está a ser devidamente assegurado que estes médicos, a virem exercer no nosso país, terão direito a vencimentos equiparados aos dos médicos portugueses com as mesmas qualificações e com cargas horárias dentro do nosso regime legal.

Acresce que, ainda esta noite, o Diretor-Executivo da Amnistia Internacional Portugal, Dr. Pedro Neto, em declarações à TSF, considerou ser legítima esta preocupação da Iniciativa Liberal.

Nessas declarações, afirmou ser preciso garantir o respeito dos Direitos Humanos e que estes profissionais não estarão a ser explorados por ninguém, nem por uma empresa, nem pelo Estado:

“Portugal não pode negociar com uma entidade ou uma empresa intermediária, seja ela uma empresa ou um Estado, em que vem alguém prestar um serviço ao Estado português e a maior parte do salário dessa pessoa lhe é retirada. Isso não é justo nem é condigno. É - até pode quase parecer - uma dupla tributação, porque o salário é tributado cá e depois também é tributado no país de origem. Isso não é admissível e, portanto, é isso que é preciso acautelar nesse novo contrato, ou nesse convénio que venha a ser feito, para perceber que os médicos não estão a ser explorados por ninguém. Seja por alguma empresa, seja um Estado. Sendo que aqui o Estado tem mais poder de repressão, uma vez que um médico ou uma médica em exercício estará cá, mas tem lá a família que estará à mercê de algum risco que lhe queiram fazer”.

Sublinhou que, de forma alguma, o Estado português pode aceitar o convénio com Cuba nestas condições, afirmando que há sempre outras opções:

“As moedas têm sempre duas faces. Nós não podemos aceitar que venha mão de obra, seja ela para a medicina, seja para que trabalho for, que seja à custa da exploração da dignidade humana. Não pode ser esse o caminho, o sonho global a ser explorado para alimentar o norte global. Esse modelo económico não funciona nem condiz, nem respeita os direitos humanos e, portanto, se essa não for uma opção, tem de haver outras e cabe ao Estado tentar encontrar outras soluções. Seja apostar numa formação de mais médicos por ano em Portugal, seja em políticas de fidelização dos médicos, seja ir buscar médicos também a outros países, mas em relações contratuais normais, que respeitem os Direitos Humanos e o Código Laboral onde esse serviço será prestado, que é o português.”

Estes, e muitos mais, são motivos mais do que suficientes para exigirmos explicações cabais ao Senhor Ministro da Saúde relativamente ao modelo contratual que estará a ser trabalhado entre o Estado Português e o Estado cubano.



Neste sentido e, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer **potestativamente** a V. Exa. que providencie uma audição, **com carácter de urgência**, do Senhor Ministro da Saúde, na Comissão de Saúde, para prestar todos os esclarecimentos relativos à eventual celebração de um acordo de contratação de médicos entre o Estado português e o Estado cubano, e ao modelo contratual em causa.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Joana Cordeiro

Rodrigo Saraiva

Bernardo Blanco

Carla Castro

Carlos Guimarães Pinto

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rui Rocha